



## Apontamentos antropológicos sobre a aprendizagem da arbitragem de futebol

João C. B. Morales<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem como tema o aprendizado da arbitragem de futebol. Trata-se de um desdobramento de uma investigação desenvolvida sobre a atuação de um grupo árbitros de futebol em competições masculinas amadoras na cidade de Porto Alegre-RS (Morales 2020). Partindo do contexto acompanhado nestes torneios, o objetivo desta reflexão é abordar a aquisição de valências necessárias para a atuação por parte dos árbitros alcançados pelo estudo, enfatizando como eles interpretam o próprio percurso formativo. Ao elaborar uma comparação sobre habilidades requeridas para se atuar em dois circuitos distintos - a arbitragem de jogos amadores e profissionais - articulam-se dados registrados em campo com conversas informais mantidas com dois interlocutores. O primeiro é um árbitro em formação com vistas a atuar no circuito de competições profissionais e que recorre aos campeonatos de várzea para adquirir experiência em jogos. O segundo é um ex-árbitro que atuou na primeira divisão do futebol profissional. Sustenta-se que os estágios distintos das carreiras dos interlocutores podem auferir perspectivas sobre a reprodução e as transformações no processo de aprendizado da atuação de um árbitro. O marco teórico-conceitual mobilizado ancora-se nas proposições que procuram aproximar os estudos das práticas corporais/treinamento no âmbito do esporte das reflexões sobre técnica na Antropologia Social (Daiolo & Velozo 2008; Debortoli & Sautchuk 2014; Bandeira 2018). Infere-se que para os árbitros, o zelo para com o material de trabalho, a interação com jogadores, campos de jogo e a postura com a qual aplicam (ou não) as regras do jogo são elementos que informam uma leitura técnica da atuação.

Palavras-chave: Arbitragem de Futebol, Aprendizagem, Habilidade.

### Introdução

A presente comunicação tem como tema a arbitragem de futebol. Especificamente, a atuação de árbitros em competições amadoras e profissionais. A escolha por este assunto se ancora no interesse de pesquisa que teve na descrição do circuito da arbitragem em competições amadoras na cidade de Porto Alegre - RS o foco de trabalho de dissertação. Além disso, tem no desenvolvimento desta expertise o panorama a partir do qual procurarei pensar a pesquisa de doutorado, que pretende acompanhar a inserção de árbitros negros no circuito de futebol

---

<sup>1</sup> Doutorando no programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS. Email: [joaomorales\\_27@hotmail.com](mailto:joaomorales_27@hotmail.com).

profissional do país.

Tal curiosidade sobre o ofício dos árbitros está inserida em um contexto de reflexões que teve como ponto de partida discussões na área da antropologia econômica – linha de pesquisa na qual me insiro a partir da participação junto ao Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>. Neste contexto, destacam-se as considerações que concernem noções como a de mercado, trabalho e que visam apreender práticas de inserção profissional. Presumo que para dar conta de alguns desafios que desde já se apresentam a respeito do trabalho da arbitragem de futebol, um deslocamento desta perspectiva pode ser profícuo. Para tentar elucidar algumas das situações que me instigam, gostaria de compartilhar um pouco do percurso de investigação empreendido até aqui.

Como forma de acompanhar o cotidiano de um grupo de árbitros de futebol, trabalhei no ano de 2019, como mesário de um campeonato promovido pela prefeitura de Porto Alegre: a 27ª edição do Campeonato Municipal de Futebol Várzea<sup>3</sup>. As investigações deste período redundaram em trabalho de dissertação defendido no ano passado (Morales 2020). Em competições amadoras, o mesário é um componente integrante da equipe de arbitragem que tem como principal atribuição o preenchimento da súmula. A súmula é um documento que serve como uma espécie de ata de um jogo de futebol. É nela que ficam registrados os dados a respeito de uma partida. São exemplos dessas informações, a anotação dos nomes dos jogadores que participaram de um jogo, o número de gols marcados pelas equipes, as infrações punidas com cartão, entre outras coisas.

Essas informações importam à arbitragem de futebol, pois auxiliam na tarefa de condução do jogo. A condução do jogo é o principal desafio com o qual uma equipe de arbitragem se defronta – em especial, o árbitro principal. É o objetivo de todo árbitro conduzir um jogo até o seu encerramento protocolar. Ainda que, em princípio, esta pareça uma meta

---

<sup>2</sup> Agradeço às colegas e aos colegas de grupo de pesquisa por terem lido uma versão preliminar deste texto e terem gentilmente aportado sugestões para melhorar a apresentação do panorama que por ora compartilho.

<sup>3</sup> Este torneio é o maior do gênero no Estado e se notabiliza por seu aspecto comunitário. Ou seja, as equipes que costumam participar da Liga Municipal em sua maioria são advindas de associações esportivas formadas nas regiões periféricas da cidade. No Municipal, como o torneio também é chamado, busca-se congregar os representantes das ligas que são disputadas dentro dos próprios bairros, onde os seus vencedores são indicados para participar do torneio. Por essa característica de contar com clubes designados das ligas locais, o Municipal costuma ser disputado todos os anos nos segundos semestres. A edição da qual participei foi disputada entre os meses de agosto e dezembro do ano citado acima. O campeonato é dividido em diferentes categorias cujos critérios envolvem idade e gênero. Dentro desta divisão, acompanhei os jogos disputados por homens em duas categorias: uma cuja idade mínima aceita no regulamento era acima dos 40 anos (categoria veterano) e outra cuja idade mínima aceita era de 48 anos (categoria master).

singela, existem eventualidades que a complexificam. O exercício de condução de um jogo diz respeito à profícua observação dos protocolos que uma partida de futebol determina a seus participantes. Tais determinações vão desde às permissões e interdições mais notórias (a proibição de um jogador de linha conduzir a bola com a mão, por exemplo), que constam no livro de regras, até as orientações que se reportam a aspectos mais burocráticos, por assim dizer, (a quem é permitido a entrada no campo de jogo, por exemplo). A conjunção desses fatores impele a uma série de tomadas de decisão que incide sobre o estado anímico de jogadores(as), torcida, dirigentes – algo que, do ponto de vista da arbitragem, faz do jogo não apenas um modo de interação, ou ritual disruptivo, mas uma ambiência potencialmente hostil, uma dinâmica efervescente com a qual se tem que lidar para não perder o controle sobre ela. É no intuito de manter o controle sobre jogo que os árbitros se valem de diferentes estratégias e habilidades de condução.

Na época em que exerci a função de mesário, uma das minhas curiosidades estava em apreender a arbitragem em ação, por assim dizer. Para isso, além de observar as partidas, procurei questionar alguns árbitros com quem trabalhei como eles compreendiam que a arbitragem se configurava em seus aspectos físicos, técnicos e disciplinares, principalmente. Os momentos de maior reverberação a respeito destes entendimentos se davam justamente quando, depois dos jogos, as equipes de arbitragem se reuniam para ratificar as informações que eu escrevia em súmula. Era como se passássemos em revista as ações do jogo que acabara de transcorrer, situação que corroborava para que eu entendesse como certas decisões eram justificadas e a me fazer atentar para situações “de dentro das quatro linhas”, como eles dizem, que, do contrário, não perceberia, ainda que estivesse vendo as partidas. Também é oportuno dizer que o exercício dessa atribuição foi frutífero para o registro de dados de campo, já que o meu objetivo principal ao me inserir em competições futebolísticas nesta condição era a elaboração de um trabalho acadêmico.

Considero que uma certa dualidade, entre as atribuições que eu exercia *in loco* na rotina da competição e o trabalho de pesquisa para o qual me reportava posteriormente, circunscreveu a minha experiência junto aos árbitros. Se por um lado, despertou a curiosidade de algumas pessoas - o que me auxiliou a me aproximar de interlocutores – por outro e, ao mesmo tempo, demarcou algumas diferenças que me situavam naquele contexto. Uma delas, sobre a qual eu gostaria de me debruçar neste texto, diz respeito a como o processo de tornar-se um árbitro é percebido pelas pessoas que trabalham com a arbitragem de futebol em dois circuitos que,

apesar de serem distintos, se comunicam e se influenciam: a arbitragem em jogos de futebol amadores e a arbitragem em jogos profissionais.

Antes de me aproximar do cotidiano do grupo de árbitros que tive a oportunidade de me relacionar, considerava que para se habilitar no exercício da arbitragem de futebol, era necessário fazer um curso com esta finalidade. Este curso de fato existe, no entanto, ele não é oferecido apenas por uma única entidade, o que torna a qualificação mais complexa do que eu pressupunha<sup>4</sup>. Mais interessante que isso é que, a depender do circuito para o qual uma pessoa se reporta (em geral, a arbitragem de jogos amadores em certos casos), uma qualificação formal não é uma condição necessária para atuar, o que engendra consequências para a percepção das habilidades de um árbitro. O Municipal de Várzea era justamente um desses campeonatos que congregavam árbitros de diferentes trajetórias de formação, por assim dizer, trabalhando juntos e conversando sobre jogadas, lances, momentos marcantes etc. Talvez em função dessa diversidade, as impressões sobre o que torna um árbitro de futebol apto ao exercício do seu ofício não sejam tão consensuais quanto em outras searas.

Gostaria de me aproveitar dessa situação para experimentar uma possibilidade de reflexão. A impressão que tenho é que um árbitro de futebol não se faz apenas na sua interação com os outros entes participantes do ambiente de um jogo – atletas, comissões técnicas, torcidas, gramado, clima – mas também na negociação com diversas formas de conceber a atuação. Assim, o objetivo deste texto é refletir sobre como determinados árbitros enxergam e interpretam a competência laboral da atividade que exercem. Para isso, procurarei retomar algumas situações vividas em campo na qual essas interpretações pareceram se evidenciar. Para além disso, gostaria de retomar brevemente alguns apontamentos sobre práticas esportivas. A tentativa é frisar que, por mais que as preocupações com o ensino desta atividade, ao se voltar para o futebol profissional, estivessem animadas por um intento de padronização, formas situadas de lidar com situações de jogo desafiam esse propósito. Baseado nesta contextualização, procurei conversar com dois interlocutores sobre como eles concebiam os aprendizados que tem\tiveram em suas carreiras.

---

<sup>4</sup> Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, durante alguns anos, cursos de arbitragem de futebol foram oferecidos por três entidades diferentes: A comissão de arbitragem da Federação Gaúcha de Futebol, o Sindicato dos Árbitros de Futebol do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre. Até onde pude me informar, os cursos não variavam tanto em conteúdo - o estudo das regras do jogo e sua correta aplicação - mas nos objetivos para os quais se propuseram. Formar árbitros para atuar em distintos futebolis: respectivamente, o circuito profissional, o circuito amador e o circuito comunitário (competições organizadas pela prefeitura).

## **Hesitação em assumir a bandeira**

Em certas situações ao longo do Municipal de Várzea, flertei com a possibilidade de atuar como árbitro auxiliar, figura que coloquialmente também é conhecida como bandeirinha. Ressalto que as ocasiões nas quais a possibilidade foi levantada advieram de momentos contingentes e, de certa forma, até inusitados. Geralmente, se tratou de casos nos quais os árbitros se atrasaram para chegar ao local do jogo e, por uma vez, em função de um árbitro que se recusou a atuar por considerar o pagamento pela partida insuficiente<sup>5</sup>. Ainda que, para os propósitos de uma descrição etnográfica, as impressões pessoais da atuação em uma partida pudessem ter aportado de forma propositiva para a pesquisa como um todo, devo confessar que as situações terem sido contornadas sem a exigência da minha entrada quase que literal em campo de jogo, não foram encaradas com tristeza. Mais do que uma preocupação com as possíveis hostilizações que a mim seriam dirigidas – algo corriqueiro na atuação de árbitros; àquela altura, mesmo como mesário, já era alvo de algumas - minha maior fonte de hesitação residia no fato de ter que fazer algo para o qual não me sentia preparado. Ou melhor, não tinha preparação. Aliás, até a ocorrência desses episódios, eu não sabia o quanto ter um processo de qualificação dentro do qual me visse habilitado, eram caros no sentido de me atribuir segurança para a realização de determinadas tarefas.

Diante deste cenário e das titubeações que senti com a perspectiva de ser bandeirinha, procurei compartilhar com alguns colegas essas impressões, principalmente com aqueles que, ao participarem dos mesmos jogos que eu, procuraram me incentivar. Eles diziam que, por eu gostar de futebol e por já acompanhá-los com interesse na arbitragem, eu teria condições de “fazer a bandeira”, forma como os árbitros se referem a quem entre eles vai assumir a função de árbitro auxiliar. Dentre essas conversas, lembro-me do argumento de Nilton Silva, um dos árbitros que mais atuaram naquele contexto, que me parece resumir em sua reflexão alguns pontos do que outros árbitros também me disseram:

---

<sup>5</sup> Na edição do Municipal de Várzea que participei, a arbitragem de futebol era contratada pela prefeitura via pregão eletrônico. As prestadoras de serviços, constituídas sob a forma de pequena empresa, concorriam a partir de um edital cujo objetivo era oferecer o menor lance para atuar em uma quantidade de jogos predeterminada. A partir do lance oferecido, um cálculo era estimado para o pagamento da equipe de arbitragem. Assim, o árbitro principal recebia na época por jogo R\$ 110,00, os árbitros auxiliares R\$ 55,00 e os mesários R\$ 40,00. A insatisfação do árbitro no episódio em questão se deu porque ele compreendeu que o pagamento para a atuação do árbitro era de R\$ 120,00. Foi necessário convencê-lo que ele não estava sendo “passado para trás” na combinação previamente acordada e na relação com o que os seus colegas receberam ao longo do campeonato.

Tu conhece a regra do impedimento, não é mesmo? Se não conhece é só ir lá no livro [de regras do futebol] e dar uma ladinha. Aliás, nem precisa ler muito pra não se confundir. Arbitragem se pega a manha fazendo, no campo. Errar, vai errar quem é bom e quem é ruim. Cara, pra ti vai ser até bom pra esse teu trabalho. Além do mais, tu aproveita para dar uma corridinha. Nem precisa estar muito em forma na bandeira. Ainda mais no *master* que [os jogadores] ficam tudo cansado rápido.

Ainda que da minha parte eu relativizasse os incentivos que me dirigiam, ponderando que me sentia inseguro com a possibilidade de “bandeirar” sem preparação prévia para tal, percebi que este argumento não parecia sensibilizar meus interlocutores. Aliás toda essa minha ideia de “preparação prévia” se constituiu mais como um pressuposto pessoal e estranho naquele contexto. Algo que não era compartilhado e, ainda que pudesse fazer sentido, não precisava fazer diferença para decidir atuar, ou não, como árbitro auxiliar. Não ao menos para os árbitros com quem conversei. Quando se podia ter o entendimento de dentro do campo de jogo, o teórico (o livro das regras do futebol a qual se referiu) aparece mais como um suplemento. A fala de Nilton evidencia também a preocupação com a forma física, que no caso do Municipal, nem precisaria ser das mais exigentes, tendo em vista que os jogadores participavam em uma categoria de idade mais avançada e, em função disso, supostamente não aguentariam correr em alta intensidade durante todo o tempo de jogo, o que exigiria menos das aptidões atléticas dos árbitros.

Confesso inclusive que, até então, eu não havia pensado em empenhar qualquer tipo de preparação física para os jogos, tendo em vista que minhas atribuições não exigiam esforço físico no mesmo sentido que os árbitros. Ver-me interpelado por aquela possibilidade foi desconcertante dada a minha condição física de então que, acredito, não recomendava a minha atuação. Diante da reiteração de reflexões parecidas com as que apresentei acima, passei a me questionar sobre essa ênfase na prática como algo importante para a arbitragem de partidas de futebol e a me questionar de que forma seria possível apreendê-la. A seguir, destaco alguns caminhos teóricos que me balizaram para pensar de que forma a prática poderia ir ao encontro da atuação da arbitragem.

## Percepções em jogo

Em termos teóricos, acredito que existam alguns aportes que auxiliam a elucidar ou apreender o papel de um árbitro de futebol, bem como a sua atuação. Ao considerar a gênese desta atividade, de acordo com o que sugerem as pesquisas sobre o surgimento do futebol, o jogo codificado com um conjunto de regras, semelhante a estrutura atual, foi uma invenção engendrada pelas elites inglesas - estudantes egressos das denominadas *public schools* - para tornar a prática, previamente conhecida em outros circuitos e localidades, menos violenta. A inibição de condutas consideradas violentas no exercício de disputas corporais é um elemento-chave da abordagem teórica consagrada por autores como Eric Dunning, Norbert Elias (1992), Graham Curry (com Eric Dunning) (2015), entre outros. Nela, as ideias propostas para o "processo civilizador" são rebatidas para a seara esportiva, fazendo inferir que a esportização, enquanto um processo, respeita uma lógica análoga de promoção da disciplina e autocontrole na convivência coletiva.

Nas disputas esportivas em particular, essa percepção de autocontrole vai incidir sobre os usos que esportistas farão de seus corpos, a partir dos gestos que serão empreendidos e compreendidos enquanto profícuos a determinada prática. Em face da grande influência desta abordagem para pensar o esporte moderno e ao considerar a gênese da arbitragem de futebol se dá no mesmo contexto, é possível afirmar que tais perspectivas estabelecem um diálogo entre a teoria eliasiana do esporte e a gênese da arbitragem de futebol. É o caso de Webb (2014), estudioso que se dedica a refletir sobre as diferenças de atuação da arbitragem nas principais ligas de futebol profissional europeias. Neste sentido, ao se reportar sobre o surgimento dos sistemas de avaliação de árbitros, o autor menciona que um dos primeiros critérios que embasavam tal apreciação é o que ele denominou como *habilidade percebida* (2014: 35). Ou seja, mesmo sem um consenso acerca de critérios estabelecidos para a atuação da arbitragem, a observação de um jogo de futebol, ao longo do seu desenvolvimento, permitiu a consideração de que certas formas de condução do jogo transcorreram e transcorrem melhor, ou em detrimento de outras. O desafio postulado para a arbitragem em todos os seus contextos e que de certa forma, eu também assumo como problema de investigação, é compreender quais são estas habilidades propriamente.

Ainda de acordo com a historiografia do futebol, um grupo de árbitros considerou por muito tempo que tais habilidades não poderiam ser transmitidas, pois se tratava de uma vocação pessoal. Conforme o então esporte bretão foi se profissionalizando e popularizando ao redor do

mundo, os dirigentes responsáveis pelas comissões de arbitragem tiveram por preocupação estabelecer uma padronização da atuação. Para isso se valeram do detalhamento, da classificação e racionalização das ações que um árbitro empreende ao longo do jogo. Tais esforços remetem ao que Daiolo e Velozo (2008) denominam como a penetração da ciência em práticas consideradas tradicionais. Tal influência de preceitos que se pretendem mais racionais (quicá científicos), segundo os autores, conformam o modo como a disciplina de Educação Física vai conceber as práticas corporais/esportivas e pode engendrar uma oposição entre a singularidade e a normatização das práticas.

No que diz respeito à arbitragem de futebol voltada aos jogos profissionais, é possível dizer que talvez estejamos vendo um processo de transformação em andamento. Com isso, mais do que uma oposição bem definida entre estes dois tipos de modalidades de ação (a singular e a normatizada), estejamos vendo uma composição entre ambos. Desta forma, de acordo com o contexto no qual o futebol é praticado, esta composição vai destacar elementos distintos. A partir do que pude vivenciar em competições amadoras, infiro que o pouco suporte institucional dado aos árbitros, principalmente quando esses incorrem em ações que visam coibir jogadas consideradas violentas, faz com que haja uma valorização por parte deles de atributos menos relacionados a uma norma da arbitragem em si e mais relacionados à virilidade. É o que eles chamavam de “presença” ou “postura” do árbitro.

Além das considerações que dizem respeito às habilidades percebidas por terceiros, tenho cada vez mais considerado que para um árbitro perceber também conforma uma habilidade importante. Diante de um enquadramento no qual diferentes ações transcorrem de forma concomitante, a *percepção de jogo* é um elemento-chave para a sua condução. Neste sentido, levando em conta que a relação entre um árbitro e o jogo pode ser analisada de maneira análoga à relação do sujeito com o ambiente que o circunscreve, tenho me ancorado no conceito de *skill* proposto por Tim Ingold (2000) como uma forma maneira de estabelecer pontes entre o que os árbitros que encontrei falam sobre suas atuações e a literatura antropológica que se debruça justamente sobre práticas de engajamento com os ambientes e\ou de percepção.

Uma dúvida que me atravessa é se as práticas esportivas não configuram um contexto demasiadamente estruturado, de modo a tornar esse enquadramento teórico excessivo. Ou seja, se como marco teórico-conceitual, essa mobilização do conceito perfaz uma aproximação razoável entre os estudos das práticas corporais/treinamento no âmbito do esporte e das reflexões sobre técnica na Antropologia Social. De todo modo algumas reflexões apontam que

esta interlocução pode se dar de maneira profícua. É o caso do trabalho desenvolvido por José Debertoli e Carlos Sautchuk (2016), onde os autores argumentam que os esportes seriam um exemplo de fenômeno no qual o conhecimento se dá no engajamento que os sujeitos têm com processos e relações com o mundo. Outra reflexão que vai ao encontro dessa proposição é a de Marília Bandeira (2018), onde, a partir de um estudo etnográfico realizado na cidade de Brotas, interior de São Paulo, a pesquisadora problematiza o processo de iniciação de seus interlocutores na prática do *rafting* em face da relação que estes praticantes estabelecem com os movimentos dos rios de corredeira. Neste trabalho a ideia de ler o rio (analisar os comportamentos dinâmicos que a água assume em cada trecho da corredeira e desempenhar um estilo de remada que esteja de acordo com esse comportamento) como um elemento forte de constituição do *rafteiro*.

Cabe salientar que, ainda que o lugar da arbitragem de futebol não seja o lugar do praticante, daquele que joga, é possível que uma espécie de jogo se estabeleça diante daquele que atua como árbitros.

### **A habilidade na fala de árbitros**

Como forma de tentar melhor me aproximar do entendimento sobre quais as valências que um árbitro se ocupa, convidei dois interlocutores para uma entrevista na qual eles pudessem repercutir impressões que têm sobre aprendizagem da arbitragem de futebol. Um deles é o ex-árbitro Fabiano Gonçalves, que durante os meados da década de 1990 e os primeiros anos após a virada do século XXI, arbitrou jogos na primeira divisão do campeonato nacional de futebol profissional. O outro interlocutor se chama Cristian Massuda e é um árbitro em início de carreira, que atualmente tem trabalhado em jogos de categorias de base. Conheci Cristian durante minha atuação como mesário no Municipal de Várzea em 2019. Na ocasião ele se valia das competições amadoras para “pegar cancha” e se manter em forma. Ou seja, adquirir experiência de jogos para se qualificar. Já Fabiano eu conheci de forma remota (devido à pandemia) no ano de 2020. Cheguei até ele através de um contato intermediado pelo meu orientador.

Por se tratar de árbitros em momentos distintos de suas carreiras e que tem se tornado interlocutores próximos, considere até aqui uma das melhores oportunidades que tive, tanto para ter uma perspectiva comparativa, quanto para saber a respeito da formação de árbitros que

se habilitam nos cursos oferecidos pelas federações de futebol – em especial aqui a Federação Gaúcha de Futebol. O diálogo que tive com Fabiano aconteceu no mês de agosto deste ano. Já com Cristian, a conversa ocorreu no mês de novembro. Em função das restrições impostas pela pandemia, utilizei com ambos a chamada de vídeo de um aplicativo de troca de mensagens denominado *whatsapp* para nos encontrarmos.

De início, procurei introduzir a conversa propondo uma comparação que levou em conta a minha própria experiência enquanto alguém que frequentou as denominadas escolinhas de futebol. Por lá, os professores frisavam que, antes de sair jogando, era importante dominar os fundamentos do jogo, como o passe, o chute, entre outros. A partir deste quadro, quis saber deles se o aprendizado da arbitragem de futebol se dava nestas mesmas bases. Ou seja, da aquisição de fundamentos para a ação propriamente dita. Fabiano me respondeu que, ao menos durante seu período de formação, os instrutores tinham a preocupação com o ensino de fundamentos – inclusive com métodos reconhecidos neste intuito – mas, ressaltou que as situações de jogo foram os grandes momentos para a concepção de arbitragem que ele adquiriu ao longo de sua carreira. Cristian, por sua vez, atribuiu ao conhecimento das regras do jogo como a característica mais fundamental da arbitragem. Destacou, inclusive, que muitos jogadores de futebol não sabem e nem precisam se ocupar de conhecer as regras. No entanto, para um árbitro, tal conhecimento é essencial.

Para além das respostas em si terem sido interessantes, considerei inusitado que ambas deslocaram o sentido de fundamento que atribuí na pergunta. Imaginei que, ao me referir a um processo de aprendizagem, a ideia de fundamento de determinada atividade, tal qual a usei (buscando me reportar aos preceitos básicos de uma prática) fosse reverberar em suas próprias experiências de aprendizado. No entanto, pelo que pude interpretar das respostas que me deram, a ideia de fundamento se deslocou para aquilo que fundamenta um árbitro enquanto sujeito\figura do jogo. Algo que dá mais a minha pergunta do que eu imaginei que obteria com ela. Outro aspecto a se destacar aqui é que, a ênfase no conhecimento das regras e da atuação, dada por um e por outro pode ser indicativo dos momentos distintos nos quais se encontram na carreira. Enquanto Cristian, um iniciante, ainda pode estar se vendo assimilando a interpretação das regras em campo, a experiência de Fabiano reporte a importância do aprendizado para situações práticas.

O ex-árbitro, inclusive, deu exemplos sobre a importância que reputa à atuação a partir do uso do apito e para da observação da movimentação dos jogadores:

No início da minha carreira eu usava muito o apito. Até que um dia um auxiliar chegou junto para me dar um toque: “Pô, tu não é guarda de trânsito, vai maneirando o uso do apito, senão tu vai perturbar o jogo.” Com o tempo eu fui percebendo que o uso muito frequente do apito incomoda o jogador. Teve um jogo inclusive esses dias em que tu conseguia ver que a cada marcação do árbitro, o jogador colocava a mão no ouvido. Enfim, são coisas assim, detalhes que são muito importantes de se aprender dentro de campo. Outro exemplo disso: quando um jogador chuta uma bola e ela sobe. Para onde se costuma olhar? Para cima, onde está a bola. O árbitro precisa olhar para os jogadores. A partir da movimentação deles, tu sabe aonde a bola vai cair. Mas, no início, é muito difícil não acompanhar a trajetória da bola. São essas coisas que tu vai entendendo com o tempo.

Cristian também se valeu de exemplos sobre o uso de apito nos jogos. No caso dele, no entanto, foi para falar sobre a relação de comunicação entre os árbitros e o seu entorno (jogadores, torcida):

**CRISTIAN:** Até teus colegas mais experientes te dizem: “ô Cristian, tu marcou o pênalti e o teu soar do apito foi um piií [onomatopeia do apito]. A próxima vez que tu marcar um pênalti faz PIÍ. Rasga! Todo mundo vai... [faz uma expressão de susto no vídeo] não pii.” Lá no livro diz que é pí, mas são coisas que tu vai modulando. Tem que pegar o apito, botar na boca e ter a sensibilidade... sensibilidade e a... técnica! A técnica de segurar o apito, de tu...olha aqui [demonstrando no vídeo a forma como ele manuseia o apito] Eu tô com apito na mão. Botei na boca, assopei e... entendeu? Isso é técnica também.

**JOÃO:** Então a entonação do apito tem que acompanhar a gravidade do lance?

**CRISTIAN:** Isso aí, Isso aí! Isso não está escrito. Tá escrito que tu tem que apitar, mas... o apito seria a nossa voz. Imagina o cara dá um carrinho com os dois pés e o juiz: pí! Ir lá devagarinho e puxar um vermelho. Mas se o juiz dá um PIIIIII! Tem uma analogia que um professor do curso de arbitragem fazia. O pipoqueiro que vende a pipoca para os torcedores de costas para o campo nem precisa virar. Tem que saber que o lance é de expulsão. Apitar forte [lances graves] passa convicção. Não está escrito isso, mas é comunicação no futebol. O jogador escuta e sabe. Na regra em si um árbitro não pode justificar a decisão dele nem gesticular. Mas, o pessoal faz. Isso é uma coisa que não está na regra, só que é uma técnica veio. Isso porque a gente apita para os jogadores e para o público.

Outro tópico que fez parte da conversa diz respeito a questões sobre condicionamento físico. Fabiano e Cristian falaram sobre, sobre a rotina de treinos de cada um. O ex-árbitros comentou que contava com o auxílio de um instrutor que era oferecido pelo sindicato dos árbitros, que supervisionava sua rotina de trabalhos físicos, principalmente em momentos nos quais não atuava. As corridas denominadas de resistência eram o principal exercício praticado, com treinos de 12 km duas vezes por semana. Tais treinamentos se orientavam ao teste exigido da arbitragem naquele período no qual se tinha que correr 2.800 metros em menos de 12 minutos. Também era necessário estar atento a corridas “de tiro curto”, especialmente porque elas eram objeto dos testes físicos que os árbitros precisavam fazer anualmente naquele período. Cristian comentou que sua rotina de treinamento está visando se adequar ao mais recente teste

da arbitragem proposto pela FIFA nos últimos cinco anos e paulatinamente adotado pelas federações locais. Trata-se de um circuito realizado em uma pista atlética. Nela, os árbitros revezam-se entre tiros curtos de 75 metros e caminhadas de 25 metros até completarem o percurso de 4 quilômetros. O objetivo deste teste é emular a movimentação de um árbitro dentro de campo de jogo, levando em conta a rapidez e a resistência de forma articulada.

No caso da minha entrevista com Fabiano percebi que, conforme avançava a nossa conversa, ficava com a impressão de que a perspectiva compartilhada por ele ia mais ao encontro das afirmações que ouvi dos árbitros na várzea do que inicialmente eu pressupunha. Nesse sentido, inclusive, tentei repassar para ele essa percepção, bem como alguns dos relatos que ouvira na minha jornada como mesário. Fabiano pareceu não se surpreender com esta convergência, ainda que tenha ponderado a partir das minhas colocações que o estudo das regras do jogo é muito importante para a arbitragem nos jogos profissionais. Pensar na atuação do árbitro com relação ao que as regras do jogo dispõem foi justamente a tônica que Cristian adotou ao longo do nosso encontro. Algo que, mais uma vez, não deixa de me parecer sintomático, tanto das posições de carreira que ocupam, quanto das próprias modificações que a arbitragem sofreu nos últimos anos, com relação a novas orientações. De acordo com Cristian, depois de um período de 15 anos sem alteração no texto, as regras do futebol vêm sofrendo muitas alterações do período de 2015 para cá, o que denota uma necessidade por estar atualizado nestas mudanças.

### **Considerações finais**

Ao longo deste texto, procurei compartilhar algumas interpretações dos árbitros que conheci no que concerne ao processo de aquisição de habilidades para se atuar em uma partida de futebol. As considerações a respeito das valências necessárias a um árbitro podem se modificar de acordo com o contexto no qual o futebol é praticado e também de acordo com a trajetória pessoal dos árbitros que se inserem em determinados panoramas que as competições oferecem. Outro aspecto que me parece nevrálgico na reflexão sobre estas habilidades diz respeito a relação da prática com o livro. Ou seja, a teoria, nesse caso, materializada nas regras do jogo – cuja interpretação e aplicação são ensinadas nos cursos de formação de árbitros – pode parecer elusiva ao transportá-la para dentro de campo. Assim, a despeito de se enaltecer a importância de uma boa leitura e do papel que a habilitação em um curso tem para esse

propósito, parece ficar notório a partir das falas dos árbitros que nem sempre a atuação baseada na aplicação estrita da regra resolvia os desafios com os quais um árbitro se depara em um jogo de futebol. É preciso saber lidar e trabalhar com outros elementos, o que entre os árbitros é denominado informalmente de regra número 18, conhecida também como a regra do bom senso. Entretanto, saber de antemão quais são esses elementos com os quais se terá que lidar e como eles afetam a condução do jogo não são tarefas fáceis. As circunstâncias a partir das quais eles são explicados também são capciosas. Aparentam ser muito mais uma virtude dos árbitros que encontram soluções para situações inusitadas. Esta sintonia fina entre aplicação das regras, bom condicionamento e uma certa sensibilidade da atuação, digamos assim, para alguns árbitros mais enfáticos é algo inclusive que não é possível de ser ensinado.

Animado por uma provocação ouvida na minha banca de defesa a respeito de qual seria o estatuto apropriado para arbitragem de futebol, entre técnica e arte, me utilizei do questionamento para perguntar qual seria a opinião de Fabiano e de Cristian a respeito do assunto. Abaixo transcrevo a resposta que Fabiano me deu:

Puxa, difícil! Acho que ela se mistura. Ela tem uma parte técnica e também algo de arte. É uma sapiência. Acho que a arbitragem é uma técnica. Porém, apitar é uma arte. Todos podem passar pela mesma máquina, mas só quem tem a arbitragem dentro de si é que vai se dar bem, vai ter sucesso.

Cristian, por sua vez, recordou o mantra de um instrutor do seu curso de formação que dizia que a arbitragem de futebol é a arte de pensar e que os grandes árbitros não são aqueles que seguem fórmulas prontas, mas que conseguem adequar uma boa interpretação das ações do jogo com o seu perfil pessoal. Em face dessas concepções complexas e de certa maneira complementares a respeito de quais elementos são importantes para a atuação de um árbitro, tenho achado cada vez mais curiosa esse tipo de relação que a arbitragem engendra. Uma relação calcada na mediação em relação a uma norma, em um contexto também específico, o das disputas esportivas, práticas, suas respectivas importâncias, foram conformando a atuação

de árbitros de futebol.

## Referências

BANDEIRA, Marília Martins. 2018. “Ler o rio, entender com o braço e remar como um só: estudo etnográfico sobre corpo, técnica e aprendizagem na navegação de rios de corredeira em bote ou rafting”. *Esporte e Sociedade*, 31.

CURRY, Graham & DUNNING, Eric. 2015. *Association football: A study in figurational sociology*. Routledge.

DAOLIO, Jocimar & VELOZO, Emerson Luis. 2008. “A técnica esportiva como construção cultural: implicações para a pedagogia do esporte”. *Pensar a prática*, 11(1): 9-16.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira & SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2016. “Cultura e habilidade: um diálogo entre a Educação Física e a Antropologia de Tim Ingold”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 36.

DUNNING, Eric & ELIAS, Norbert. 1992. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, pp. 187-222.

INGOLD, T. 2000. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.

MORALES, João Cauê Benedeti. 2020. *Entre a discórdia e a regulação: uma etnografia a partir do circuito de arbitragem de futebol de várzea em Porto Alegre*.

WEBB, Thomas. 2014. *Elite Association Football Referee Training and Officiating: A Comparative Analysis of Refereeing Practices in Three European Leagues*. Tese de doutorado em Filosofia. Universidade de Portsmouth, Portsmouth.